

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Giovanna Silveira Sartório Martins

PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DA MEMÓRIA: A GÊNESE DO LUGAR

**Uma análise fenomenológica das relações de pertencimento do ser humano com o
espaço**

Sorocaba

2021

Giovanna Silveira Sartório Martins

PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DA MEMÓRIA: A GÊNESE DO LUGAR

Uma análise fenomenológica das relações de pertencimento do ser humano com o espaço

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientação: Profa. Dra. Neusa de Fátima Mariano

Sorocaba

2021

Silveira Sartório Martins, Giovanna

Processos de aquisição da memória: a gênese do lugar:
Uma análise fenomenológica das relações de
pertencimento do ser humano com o espaço / Giovanna
Silveira Sartório Martins -- 2021.
57f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos,
campus Sorocaba, Sorocaba
Orientador (a): Neusa de Fátima Mariano
Banca Examinadora: Márcio Fernando Gomes, Rosalina
Burgos
Bibliografia

1. Lugar. 2. Espaço geográfico. 3. Fenomenologia da
percepção. I. Silveira Sartório Martins, Giovanna. II.
Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979

FOLHA DE APROVAÇÃO

GIOVANNA SILVEIRA SARTÓRIO MARTINS

PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DA MEMÓRIA: A GÊNESE DO LUGAR
Uma análise fenomenológica das relações de pertencimento do ser humano com o espaço

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia para obtenção do título de Licenciada em Geografia. Sorocaba, 19 de novembro de 2021.

Orientador(a)

Prof. Dra. Neusa de Fátima Mariano
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba

Examinador(a)

Prof. Dr. Márcio Fernando Gomes
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba

Examinador(a)

Prof. Dra. Rosalina Burgos
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba

DEDICATÓRIA

Para Henrique, meu lugar favorito.

La desmemoria/1

Estoy leyendo una novela de Louise Erdrich.

A certa altura, um bisabuelo encuentra a su bisnieto.

El bisabuelo está completamente chocho (sus pensamientos tienen el color del agua) y sonríe com la misma beatífica sonrisa de su bisnieto recién nacido. El bisabuelo es feliz porque há perdido la memoria que tenía. El bisnieto es feliz porque no tiene , todavía, ninguna memoria.

He aquí, pienso, la felicidad perfecta. Yo no la quiero.

Eduardo Galeano, *El libro de los abrazos.*

RESUMO

MARTINS, Giovanna Silveira Sartório. Processos de aquisição da memória: a gênese do lugar. Uma análise fenomenológica das relações de pertencimento do ser humano com o espaço. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, Sorocaba, 2021.

O presente trabalho buscou realizar um levantamento bibliográfico acerca de como se estrutura a subjetividade e a noção de pertencimento nos indivíduos para com o espaço, conferindo-lhe o caráter de lugar. Para isso, realizou-se o levantamento bibliográfico e a sistematização dos pressupostos metodológicos referentes à fenomenologia da percepção, tendo por base a produção teórica de Merleau-Ponty, bem como o levantamento de referencial teórico do tema na área da geografia, com base especialmente na obra de Yi Fu Tuan e Milton Santos, acerca da perspectiva da experiência e natureza do espaço, respectivamente. A esquematização se organizou de maneira a escalonar os conceitos abordados de modo a construir camadas de entendimento da proposta final, começando pelos pressupostos teóricos da geografia, passando pelos pressupostos metodológicos acerca da percepção, do campo dos fenômenos e limitações do corpo enquanto objeto sujeito, e chegando finalmente aos conceitos de espaço geográfico e lugar, a partir da perspectiva da experiência. A partir disso, foi realizada a integração dos conceitos de ambas as áreas, realizando uma proposta de interpretação da organização da subjetividade no sujeito análoga ao conceito de espaço geográfico proposto por Milton Santos, e analisando a categoria analítica ‘lugar’ a partir desta proposta de interpretação.

Palavras-chave: Espaço. Lugar. Fenomenologia. Experiência. Percepção.

ABSTRACT

MARTINS, Giovanna Silveira Sartório. Memory acquiring processes: the genesis of place. An analysis of the belonging relations between human and space. 2021. Capstone project (Geography full degree) – Federal University of São Carlos, *campus* Sorocaba, Sorocaba, 2021.

The present work intended to gather information about how subjectivity and the sense of belonging structures itself on individuals towards space, giving it the attribute of place. In order to do so, a bibliographical survey and systematization of the methodological assumptions regarding perception phenomenology were made, based on the theoretical work of Merleau-Ponty, as well as the gathering of information about the topic in the field of geography, based specially on the works of Yi Fu Tuan and Milton Santos, regarding the perspective of the experience and the nature of space, respectively. The information was structured with the intent of staggering the concepts, in order to build layers of comprehension of the final proposal, starting from the theoretical assumptions about perception, the field of phenomena and limitations of the body as an object-subject, finally connecting to the concepts of geographic space and place, from the perspective of experience. From that, an integration of both concepts was made, proposing an interpretation of how subjectivity is structured on a subject similar to the concept of geographic space proposed by Milton Santos, and analysing the category 'place' based on this proposal of interpretation.

Keywords: Space. Place. Phenomenology. Experience. Perception.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	18
3 A FENOMENOLOGIA DA PERCEPÇÃO	20
3.1 A percepção	20
3.2 Os sentidos, a atenção e o juízo	24
3.3 A associação e a projeção das recordações	26
3.4 Dos prejuízos do mundo ao retorno aos fenômenos	28
4 O CORPO E O SUJEITO COMO OBJETOS	31
4.1 A perspectiva da experiência	36
4.2 O conceito e a percepção do tempo	39
5 O ESPAÇO E O LUGAR	42
5.1 O espaço como objeto de estudo da Geografia: uma síntese	42
5.2 O tempo como materialidade: a técnica	47
5.3 O lugar	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

O conceito de lugar é amplo e altamente empregado na ciência geográfica. Desde a estruturação da Geografia como ciência, as noções de necessidade do homem para com o espaço já eram pontos de reflexão e estudo, como foi feito, por exemplo, por Friederich Ratzel, com o Espaço Vital - que posteriormente se consolidou como o território. Depois, com a diversificação e especiação da geografia, principalmente no campo da geografia humana - e, dentro desta, a urbana - outros pensadores utilizaram-se do conceito de lugar ou do que este representa.

A busca pela compreensão de qual era meu “lugar no mundo” me motivou a pesquisar sobre o tema. Conforme pesquisava, entrei em questões mais profundas, como a própria natureza do meu ser – e de todo o restante das coisas que me rodeiam. Eu, que já não me sentia cativa de nenhum espaço antes de todas as dúvidas, me vi ainda mais perdida. Percebi, então, que eu não tinha um lugar só meu, realmente meu, onde pudesse me sentar e meditar sobre minhas dúvidas. Não tinha um quarto ou uma casa onde pudesse me *sentir* eu mesma.

Na busca por este lar, me encontrei. E desde então, sigo me encontrando. A dúvida sobre o que faz com que nos sintamos em nosso lugar – dúvida essa que me encontrava no trabalho, quando os alunos de 4 anos repetiam que sua escola não era mais a mesma após a mudança da disposição dos móveis, ou quando eu andava pela rua e sentia que não estava realmente onde estava – se tornou o caminho que me levou até meu próprio lugar. Talvez isso seja o lugar: o nosso próprio espaço no mundo, sentido apenas por nós mesmos, mesmo quando compartilhado. Ou talvez o lugar seja o próprio caminho do pertencer.

O lugar, que iniciou-se como uma referência ao local, passou a ser uma das categorias de análise essenciais da geografia quando se desenvolveram os estudos da geografia humanista, sendo que alguns autores propõem uma visão mais profunda das relações que o sujeito estabelece com o seu lugar, a partir do seu cotidiano e vivências (RODRIGUES, 2015, p. 5036).

Buscando uma relação entre a Teoria do Espaço Vital, de Ratzel, e o Habitat e Habitar, de Henri Lefebvre, por exemplo, o lugar se constrói com a vivência do sujeito no espaço físico. Este espaço, quando se torna palco do cotidiano e material para a criação de memórias e relações afetivas, transforma-se de *habitat* em *habitar*. Como colocado por Lefebvre, em *O Direito à Cidade*, a partir do momento em que o espaço, que se reduzia simplesmente à

moradia, provisão da necessidade básica de habitação para a sobrevivência individual, passa a ser *habitar*, simbolizando a apropriação, de fato, do espaço físico e do ambiente social, onde/quando passam a acontecer vivências associativas, estabelecimento de trocas de reconhecimentos, experiências e modos de vida - quando o espaço passa a ser construído também por quem o habita, além de ser *parte constitutiva deste habitante*. (SILVA, 2012, p. 02). Dessa forma, de modo geral, o lugar constrói e é construído por meio da apropriação do espaço pelo sujeito, consolidada através das vivências e percepções deste em determinado local ou cultura.

Para Yi Fu Tuan, autor de *Topofilia*, a cultura e a percepção e valor dados ao ambiente e espaço físico pelo sujeito, seu comportamento e suas respostas ao seu ambiente são o que determinam como acontece a construção mútua de sujeito e lugar. A Topofilia (e, complementarmente, a topofobia), termo criado por ele e análogo ao lugar, é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar/ambiente físico. Na medida em que cada grupo, indivíduo e espécie vêem a realidade de maneira diferente, há fatores limitantes que demarcam a percepção que os seres humanos têm do lugar, simplesmente por serem os mesmos sentidos que nos limitam a ver o mundo de certa maneira, por possuímos órgãos similares, com funções similares. O mundo humano, então, se difere do mundo das outras espécies por ser percebido pelos *humanos*, no leque de possibilidades propiciadas por seus sentidos. De tal maneira, por mais únicas que sejam as vivências de cada indivíduo e suas relações com o espaço, elas têm características em comum, pela similaridade dos sentidos humanos.

Compreendendo que as relações e vínculos estabelecidos entre os seres e o espaço são essencialmente simbólicas e subjetivas, a fenomenologia se apresenta como método adequado aos estudos sobre o lugar e sobre as noções de pertencimento. Como colocado por Merleau-Ponty (1996), a sensação “pura” é inalcançável, uma vez que a sensação, por si só, só pode ser percebida pelo “choque” entre elementos num conjunto, e pelo que percebemos de tal choque e de cada elemento. Tal choque, numa abordagem geográfica, pode ser compreendido como as reações causadas por dado fenômeno quando este se apresenta e acontece no espaço. Os fenômenos, por sua vez, sem exceção, causam sensações nos seres vivos, sendo que cada um destes últimos percebem tais sensações de acordo com o leque de capacidades permitidos por sua fisiologia e habilidades. Os seres humanos, por serem dotados de raciocínio lógico, percebem as sensações de maneira peculiar, criando relações entre os fenômenos e as sensações por meio de memórias.

O conjunto das memórias de um indivíduo é traduzido, finalmente, na medida do alcançável de acordo com as possibilidades do mesmo, no espaço por este ocupado. Conforme os fenômenos são percebidos no espaço - uma vez que é um dos elementos componentes da percepção das sensações - cada indivíduo cria memórias, que são reflexos das simbologias aferidas por ele ao espaço. A partir desse momento, no qual se estabelecem memórias de/em um determinado espaço, este último deixa de ser simplesmente uma porção do território¹ e passa a ter, para tal indivíduo (neste caso, mais adequadamente, sujeito), valor sentimental, simbólico e subjetivo, que o distingue de outros espaços, sendo que se cria a noção de pertencimento para com o recorte espacial em questão. Em outras escalas de abordagem, mais amplas, a cultura, que contém em si as memórias de determinado grupo de indivíduos é responsável pela criação de tais vínculos do indivíduo com o espaço, garantindo que a noção de pertencimento também se aplique, ainda que o indivíduo não tenha sido responsável direto pelos fenômenos ou sensações derivadas destes.

O presente trabalho, então, tem por objetivo compreender como se estrutura o lugar, através da memória com/no espaço, pelas associações, vivências cotidianas e projeções, nas quais se embasa o pertencimento, utilizando-se da fenomenologia como método de abordagem e buscando estabelecer relações entre os referenciais teóricos produzidos por diferentes pensadores do assunto, em especial Yi Fu Tuan e Milton Santos.

A compreensão do conceito de lugar e de como ele se constrói, tanto subjetiva quanto objetivamente no indivíduo, é fundamental na percepção de sua própria construção e do processo de *tornar-se sujeito*. Esta compreensão contribui para a autoconsciência, em direção à compreensão filosófica das fontes de conhecimento às quais recorre o ser humano, e das ferramentas objetivas e subjetivas que fazem a mediação de sua existência no mundo.

Assim dito, a “experiência” se apresenta como termo chave. Por sermos seres humanos em busca da compreensão *humana* do lugar – ainda que tenhamos ciência e conhecimento de que outros animais percebem o espaço e o território com traços do que nós percebemos (o espaço, para os animais, é onde são satisfeitas suas necessidades básicas, como descanso, segurança, onde se pode encontrar alimento e água etc) –, a compreensão da experiência como modo de relação e criação da subjetividade para com o espaço é fundamental.

¹ Há diferentes perspectivas de análise e conceituação do território dentro da geografia; aqui, o termo denota o território político-econômico.

Este trabalho busca compreender como se tecem as noções de relação e pertencimento com o espaço, na busca da compreensão das percepções de lugar dos indivíduos (ou seja, a construção de subjetividade, e a transformação em sujeito). Pretende-se verificar as relações entre os preceitos teóricos relacionados, de forma a identificar as conexões entre teorias e obras de autores diversos acerca de como se dão as relações de pertencimento do ser humano com o espaço, ou seja, como se estrutura o lugar enquanto vínculo entre espaço e ser.

Para tal, foi feito o levantamento de referências e bibliografia sobre o tema, relacionadas tanto ao conceito de lugar e espaço geográfico, quanto a como se estruturam as relações de pertencimento, como discutido anteriormente.

A elaboração do texto foi realizada após a esquematização do material agregado, devido ao fato de fundamentar-se no estabelecimento de correlações entre as teorias utilizadas como base.

Finalmente, foi realizada a revisão do texto, buscando corrigir possíveis erros e complementar a obra com informações posteriores, sendo também realizada a normatização do trabalho segundo as especificações técnicas adequadas.

Place is security, space is freedom: we are attached to the one and long for the other.

Yi Fu Tuan, *Space and Place: The Perspective of Experience*.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O nível de pertencimento individual com o espaço se apresenta como a primeira escala do conceito de lugar, e é esta escala que será destrinchada aqui, visto que permite a universalização dos conceitos de forma a abranger outras escalas de pertencimento. As obras de alguns autores se relacionam intimamente com o tema. Inicialmente, a obra de Yi Fu Tuan, cujos textos se fundamentam, principalmente, no estudo da estruturação do conceito de lugar e da noção de pertencimento do sujeito com o espaço, e Henri Lefebvre, que propõe três abordagens do espaço geográfico (os espaços vivido, concebido e percebido), bem como da relação mais íntima que o indivíduo tende a estabelecer com o espaço onde habita, se configuram como as bases para o estudo dos elementos e fatores responsáveis pelos processos de aquisição da memória.

Para Yi Fu Tuan (1974), as atitudes, valores e percepções ambientais são os fatores que estabelecem os diferentes vínculos espaciais, condicionando o uso que se faz do espaço e a produção deste último realizada por cada um dos grupos sociais. Quanto à percepção, o autor descreve-a como sendo limitada, uma vez que as capacidades sinestésicas humanas também são limitadas, devido à condição biológica da espécie.

Já para Lefebvre (2013), o espaço se apresenta em três instâncias: o espaço vivido, o espaço percebido e o espaço concebido. Segundo o autor, o espaço é inicialmente concebido para desempenhar determinada função ou expressar determinadas intenções, é vivido de acordo com cada agente espacial e o uso que este faz do espaço que lhe é dado, e é percebido pelo sujeito de acordo com suas vivências e percepções individuais.

Há, então, um ponto onde ambas as teorias se conectam, completando-se uma à outra e permitindo uma compreensão mais ampla de como se estrutura a noção (primordial e sintética) de lugar. A percepção, abordada por ambos autores, é tratada ainda por Merleau-Ponty (1999), que disserta sobre como percebemos os *fenômenos*, contrastantes com o espaço, que acabam nos permitindo distinguir determinados espaços de outros pela memória do vivido. O espaço percebido e o espaço vivido, desta forma, são o solo fértil para que brotem as memórias - que, de um ponto de vista prático, podem ser entendidas como o armazenamento e evocação de informações e sensações adquiridas através das experiências que vivemos, os chamados fenômenos -, que acabam caracterizando simbolicamente o espaço para um indivíduo ou grupo.

Na medida em que a escala de abordagem é mais ampla, o vínculo de pertencimento de grupos ou indivíduos passa a ser em nível cultural. Em nível regional e local, as práticas sociais e espaciais estabelecem códigos espaciais (nem sempre explícitos), que exercem influência sobre a ação e relação de tais grupos e sua cultura com o espaço. A cultura de um grupo social, dessa maneira, e o grau de identificação do sujeito com tal cultura ou traços culturais, estabelece o vínculo mais ou menos intenso com o espaço onde se construíram as memórias de tal grupo (culturas, tradições e vivências).

Complementarmente, o estudo da fenomenologia e suas contribuições para a compreensão dos vínculos simbólicos e o estudo do lugar e do espaço vivido, bem como a o entendimento do desenvolvimento do ser humano, quanto à suas capacidades e habilidades subjetivas de interpretação e vivência do mundo, se apresentam como ferramentas para a compreensão de outros fatores inerentes ao conceito de lugar, pois permitem entender quais destes se sobrepõem uns aos outros durante a trajetória de um sujeito, auxiliando assim o entendimento acerca da intensidade do vínculo/pertencimento com o espaço.

3 A FENOMENOLOGIA DA PERCEPÇÃO

Para a compreensão do pertencimento e da construção do conceito e noção de lugar no sujeito - algo tão subjetivo -, é necessário um método que seja capaz de desvelar as camadas desta subjetividade. A fenomenologia se apresenta, dessa forma, como a ferramenta mais adequada até o momento para tal tarefa.

É claro que há a consciência – sempre há a consciência – de que este trabalho não pode e nem deve ser conclusivo, na medida em que a subjetividade é efêmera e intocável e, desta forma, medi-la, delimitá-la ou encaixá-la dentro de qualquer explicação seria um reducionismo e uma alienação de sua própria essência. Assim, o intuito é a compreensão dos possíveis caminhos que a subjetividade de cada sujeito (ou grupo) pode tomar, sem perder a consciência dos possíveis atalhos, desvios e rotas alternativas.

A fenomenologia tem mais de uma face. Husserl e Heidegger a pensaram de maneira diferente, e ainda assim ela se prova nas diferenças deste pensamento. Para Heidegger, de maneira sintética, ela é o retorno do ser para a existência - ser-no-mundo, e tudo o que é decorrente da abertura deste ser para a mudança. Já para Husserl, ela é o método baseado na percepção e na redução eidética, ou seja, na redução dos seres (*Sein*) em essências ou entes, no retorno da análise aos fenômenos, e não aos objetos ou resultados, por meio da percepção.

3.1 A percepção

Quanto à percepção, objeto principal da fenomenologia, esta pode ser entendida primeiramente como

a maneira pela qual sou afetado e a experiência de um estado de mim mesmo. (...) Eu sentirei na exata medida em que coincido com o sentido, em que ele deixa de estar situado no mundo objetivo e em que não me significa nada. (...) A sensação pura será a experiência de um “choque” indiferenciado, instantâneo e pontual. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.23)

A percepção é individual e subjetiva. Como humanos, estruturamos nossas sensações em pensamento por meio da linguagem. Dessa forma, a sensação não é passível de ser definida em termos absolutos, pois a barreira da linguagem sempre afetará sua expressão e organização fora do sujeito que a sente, uma vez que o entendimento que um sujeito faz de

algo expresso por meio de qualquer linguagem por outro sujeito passará pelas lentes da interpretação de ambos.

Ainda devido ao fato de nos utilizarmos inevitavelmente da linguagem – verbal, gestual, visual, artística etc – e de estruturarmos nosso pensamento por meio da linguagem, ela sempre está atrelada à sensação. Desta forma, a sensação “pura” não poderá ser alcançada. Ela é relacional e sempre necessitará da *ferramenta linguagem* (seja ela qual for) para que possa “sair” do sujeito, ou seja, do mundo subjetivo, de volta ao mundo objetivo.

Além da linguagem, a sensação está sempre atrelada ao espaço. *Gestalt*, termo alemão que representa “forma”, é capaz, em certa medida, de descrever esta chamada experiência, que une o espaço e a sensação em um momento de pausa, traduzido (ou transcrito) mentalmente/subjetivamente como uma “figura”. Nesta figura existem dois objetos principais: o fundo e as formas da figura em si. Desta forma, *Gestalt* seria a percepção do todo, figura e fundo.

A figura, ainda que seja monocromática e composta por pontos, é maior do que a simples junção dos pontos. Dentro de uma figura, estes pontos cumprem certa função, que é formar o *sentido* da figura. Separados, deixam de carregar este sentido e não tem o mesmo efeito no fundo, ainda que carreguem novos e diferentes sentidos, pois não deixarão de ser figuras. A figura enquanto junção dos pontos também é mais densa do que o fundo, pois carrega consigo o sentido que a destaca deste fundo. Ela é colocada sobre ele e não o interrompe.

Este conjunto figura-fundo, para a *Gestalttheorie* (Teoria Gestalt), é o dado mais sensível e mais simples que podemos obter. Esta afirmação não reduz o conjunto figura-fundo ao sistema ideal de análise; na verdade, ela define o próprio fenômeno perceptivo, “daquilo sem o que um fenômeno não pode ser chamado de percepção”. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.24). O “algo” – ou figura – a ser percebida prescinde e sempre faz parte de um “campo”, que é o fundo da figura; para a geografia, este fundo é o espaço geográfico.

À medida que cada ser humano, com sua história individual, percebe cada Gestalt de uma maneira, a subjetividade proveniente da construção e acumulação de percepções varia de sujeito para sujeito, pois a maneira como eu percebo o fundo pode não ser – e raramente será, uma vez que não se pode medir o subjetivo ou delimitá-lo – como a forma como qualquer

outro ser humano o percebe; o mesmo se aplica à figura e ao conjunto e contraste entre fundo-figura.

Uma superfície verdadeiramente homogênea, não oferecendo *nada para se perceber*; não pode ser dada a *nenhuma percepção*. Somente a estrutura da percepção efetiva pode ensinar-nos o que é perceber. Portanto, a pura impressão não apenas é inencontrável, mas imperceptível e portanto impensável como momento da percepção. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.24)

Enquanto seres humanos que habitam o espaço/mundo, tudo o que vivenciamos contém fundo e figura. O fundo é o próprio espaço; os fenômenos que vivemos diariamente são as figuras, mais ou menos densas em seus pontos. Percebemos apenas aquilo que está fora de nós.

Percebemos ainda apenas as qualidades/propriedades dos objetos e fenômenos. De acordo com a consistência deste fenômeno-figura no fundo é que podemos avaliar em mais ou menos detalhes quais as percepções permitidas por ele, uma vez que objetos muito pequenos não são passíveis de qualificação. Ainda, um objeto menor, mas cujas qualidades causam maior contraste com o fundo se deixa perceber de maneira diferente daquele cujas qualidades são menos contrastantes. Dessa forma, a percepção é resultado também da configuração espacial.

Há, por fim, enganos que cometemos em relação à percepção da qualidade dos objetos, enganos estes que provêm de toda nossa experiência acumulada enquanto seres que percebem através dos sentidos ao longo de nossa evolução biológica e social. A eles, Merleau-Ponty (1945) chama de “prejuízo do mundo”.

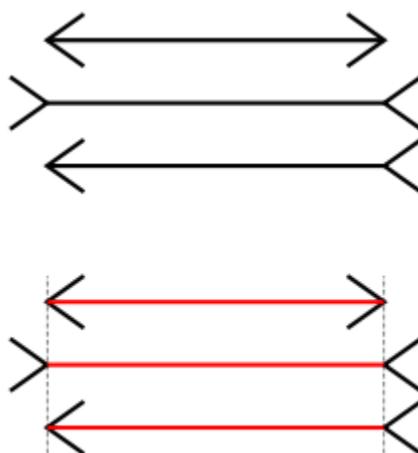
O primeiro engano é considerar que aquilo que vemos enquanto propriedade dos objetos é parte de nossa consciência sobre o próprio objeto; desta forma, destacamos dele sua propriedade e o sentido que ela carrega, transportando este sentido para nós mesmos e a considerando um resultado de nossa experiência.

O segundo erro, como coloca Merleau-Ponty (1945), é o prejuízo do mundo irrefletido.

Estabelecemos como mundo real aquilo que vemos e que nos afeta durante nossa existência. O mundo, no entanto, não é apenas a sequência de imagens que vemos com os

olhos e percebemos com nossos outros sentidos. Ele é muito mais do que meu corpo pode captar e perceber. Sempre percebemos um recorte do mundo, menos intenso de acordo com a distância em que se localiza de nós e do centro de nossa atenção, e essa distância e intensidade variam a todo momento, pois nossa percepção também é afetada por outros tantos fatores. Não percebemos apenas o que está em nosso campo de visão, mas percebemos de maneira diferente aquilo que um ou demais sentidos não captam simultaneamente.

FIGURA 1 – A ILUSÃO DE MÜLLER-LYER



Fonte: Adaptado de FARINHA, José. **Psicologia da percepção visual**. Faro, 2014.

Como na figura 1, que representa a ilusão de ótica do psiquiatra Müller-Lyer, onde três segmentos de reta com o mesmo tamanho aparentam ter tamanhos distintos, no mundo os fenômenos também se apresentam como contraditórios. Porém, quando se realizam no mundo real, fenômenos iguais e que aparentam ser diferentes não são passíveis de uma análise tão restrita quanto as retas da figura, pois os percebemos em situações onde se mesclam com o fundo e com outros fatores. Enquanto seres que percebem, fazemos escolhas a todo o momento, voluntárias ou não, sobre o que perceberemos com atenção. Cada figura/objeto acaba sendo apreendido em seu contexto particular. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.27)

Por este motivo - nossas acepções de atenção - é que o mundo e os *gestalts* se tornam confusos. Os objetos para os quais deslocamos nossa atenção são reais e concretos, mesmo enquanto entes da razão; nossa desatenção é a causa de interpretações ambivalentes.

3.2 Os sentidos, a atenção e o juízo

Os sentidos – ou a fisiologia da percepção – são o trajeto percorrido por uma sensação desde o objeto até sua tradução no sujeito. Este trajeto anatômico se inicia em um *receptor*, localizado em um *transmissor* especializado, que entrega as informações a um *registrador*, o qual as decifra como texto. No entanto, as informações objetivas recebidas podem ter interpretações variadas de acordo com as circunstâncias em que tais informações foram recebidas. Em situações como essa, o “sensível” deixa de ser definido como o efeito imediato de um estímulo exterior”. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.29)

A sensação é um acontecimento fisiológico resultante de leis psicológicas e biológicas. Os acontecimentos por nós vivenciados já estão revestidos de sentido. Este sentido é apenas reconstituído e interpretado por nosso aparelho psíquico, adaptado para ter um sentido adequado àquilo que vivemos.

Tantas são as variáveis que compõem o processo da apreensão das sensações, que a ciência consegue apenas construir uma aparência da subjetividade. Diferente do universo estruturado da ciência, os fenômenos não são tão facilmente categorizados, e tão pouco o efeito subjetivo resultante de cada um deles em cada ser humano.

Embora os sentidos sejam biologicamente os mesmos para toda a espécie humana, a forma como o aparelho psíquico os interpreta pode trazer resultados completamente distintos, o que torna a análise sistemática pouco aplicável. A fenomenologia, então, se apresenta como a metodologia mais adequada para a interpretação destes fenômenos e do que causam, por buscar analisá-los de maneira contextualizada e coerente com a circunstância.

A teoria da sensação, que compõe todo saber com qualidades determinadas, nos constrói objetos limpos de todo equívoco, puros, absolutos, que são antes o ideal do conhecimento do que seus temas efetivos; ela só se adapta à superestrutura tardia da consciência. É ali que "se realiza de modo aproximado a idéia da sensação". (MERLEAU-PONTY, 1945, p.33)

Já adaptada à estrutura da consciência por meio da linguagem, as palavras indicam, antes de um destino concreto, o caminho possível percorrido por esta sensação até que transcrita pelas estruturas cerebrais.

Além dos sentidos, há dois outros fatores com grande influência na percepção: a atenção e o juízo. Apesar do que se coloca de peso e responsabilidade na atenção de reter mais ou menos dados e tornar mais rica uma percepção, ela é infértil ao passo que a percepção atenta não carrega mais dados do que a percepção desatenta; elas são distintas.

A consciência não estabelece maior ou menor ligação aos objetos aos quais está desatenta; a atenção, pelo contrário, é dirigida de acordo com a percepção que mais a interessa, nunca deixando, no entanto, de ter à sua disposição todos os objetos e fenômenos para direcionar-se. A atenção seria, então, a criação de um campo perceptivo ou mental onde os movimentos do órgão explorador sejam possíveis sem que se perca a consciência no todo. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.57)

A partir deste campo perceptivo ou mental, a atenção seria capaz de fazer surgir nova interpretação sobre aquilo que já se vivenciava. A percepção se desenvolve e enriquece.

Quanto ao juízo, ele é – ou pode aqui ser entendido como - a dedução complementar que faço de uma sensação para que a percepção que tenho desta seja possível dentro do mundo objetivo. O juízo é o elo que constrói a interpretação das percepções para que estas passem de estímulos a impressões e signos passíveis de compreensão. Ele é a tomada de posição entre as possibilidades de algo perceptível.

Todavia, se o juízo é uma tomada de posição entre o que pode ser uma percepção verdadeira ou uma percepção falsa, ele é nada menos que uma qualidade da percepção, se partirmos do pressuposto que perceber, no sentido pleno da palavra, vai na contramão da imaginação, uma vez que apenas se percebe aquilo que é real. A percepção, desta forma, vem antes de qualquer juízo, diretamente da significação dos signos. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.63)

3.3 A associação e a projeção das recordações

Como já visto, a noção de sensação amplia extremamente qualquer análise da percepção, de modo que tal análise se torna insustentável. É necessário que nos dediquemos à compreensão da percepção, entendendo que esta é composta, além da “parte real” – que é aquela diretamente ligada às qualidades do fenômeno que se deixam transparecer – pela “parte intencional” – que diz respeito à interpretação individual de cada fenômeno.

Nesse sentido, todo o saber e o perceber que estão acumulados em um sujeito, provenientes de todas as outras experiências por ele já vividas, sempre irão influenciar em suas percepções presentes; a subjetividade reside neste trajeto da percepção entre o objeto e toda a trajetória do sujeito que o apreende enquanto “algo sensível”.

O conhecimento aparece como um sistema de substituições em que uma impressão anuncia outras sem nunca dar razão delas, em que palavras levam a esperar sensações, assim como a tarde leva a esperar a noite. A significação do percebido é apenas uma constelação de imagens que começam a reaparecer sem razão. As imagens ou as sensações mais simples são, em última análise, tudo o que existe para se compreender nas palavras, os conceitos são uma maneira complicada de designá-las, e, como elas mesmas são impressões indizíveis, compreender é uma impostura ou uma ilusão, o conhecimento nunca tem domínio sobre seus objetos, que se ocasionam um ao outro, e o espírito funciona como uma máquina de calcular que não sabe por que seus resultados são verdadeiros. A sensação não admite outra filosofia senão o nominalismo, quer dizer, a redução do sentido ao contra-senso da semelhança confusa, ou ao não-senso da associação por contigüidade. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.38)

Reorganizamos, a todo tempo, nossas associações neste sistema de substituições que é o conhecimento, e busca de resultados que se assemelhem ao mundo objetivo, tido por nós como verdadeiro e absoluto. As experiências críticas, que são aquelas iniciais e que nos colocam em movimento para que se chegue a uma resposta, se tornam experiências de reprodução conforme as vivemos de maneira recorrente, de modo que buscamos adaptar os resultados ao método com o qual estamos habituados, pois aprendemos a funcionar no presente com base na fisionomia do passado.

Como humanos, enquanto espécie, temos sentidos mais ou menos aguçados do que outros animais. Entretanto, boa parte do que sentimos é sensivelmente alterada de acordo com a prática e/ou frequência que vivemos determinada experiência. Os sabores e cheiros, por

exemplo, se tornam mais ou menos agradáveis ou toleráveis conforme amadurecemos, pois construímos significados para cada um deles, relacionando-os com experiências que já vivemos.

A essa relação entre presente concreto e subjetividade, proveniente de vivências passadas, podemos chamar memória. Para a neuro-psicologia, a memória é o conjunto de sistemas de codificação, armazenagem e resgate de representações.

A codificação é basicamente o processamento das informações recebidas que serão armazenadas. Este armazenamento, por sua vez, diz respeito ao fortalecimento das representações enquanto são registradas e reconstruídas com a entrada de novas informações.

O resgate destas informações e o reconhecimento de padrões entre estímulos presentes e construções baseadas em estímulos do passado fortalecem a recuperação das informações, que ficam salvas como memória. Esta memória pode e é acionada de maneira intencional, diferentemente das lembranças, que se configuram como o produto final do reconhecimento e da reconstrução dos objetos como parte da autoimagem de um indivíduo. Além disso, a memória e seus sistemas atuam de forma cooperativa, trabalhando paralelamente na captação e armazenamento de dados de tudo o que é vivido (MENDONÇA, 2020).

A linguagem é fator imprescindível para a memória. Tanto para a memória semântica (aquela que diz respeito ao nosso conhecimento sobre o mundo) quanto para a memória episódica (aquela que diz respeito às nossas experiências de vida) ou quaisquer outras divisões da memória, a linguagem é a ferramenta através da qual reorganizaremos tudo o que há guardado dentro de nós, para nossa compreensão e para a comunicação com o outro.

Ao vermos o mundo através dos “óculos da memória”, os quais nunca temos a escolha de tirar, cometemos erros de análise do mundo objetivo. As ilusões que criamos ao tentar adaptar este mundo objetivo àquele que já vivemos são definidas como “projeção das recordações”. Estas projeções se originam na memória, no momento em que tentamos reproduzir o passado, com o qual já tivemos contato, no presente objetivo. Buscamos reconhecer fenômenos familiares em situações que remotamente possam remeter a algo que já vivenciamos, como forma de elaborar o que é novo.

O que faz, no entanto, com que uma recordação seja preferida pelas estruturas cerebrais em determinada situação, em detrimento de outra? Para que esta recordação seja aplicada, é necessário que os dados da situação atual prescrevam minimamente os elementos

da situação que gerou a recordação inicial, tanto aqueles que foram retidos quanto aqueles que foram negligenciados.

As projeções de recordações, no entanto, tornam o real enevoado; elas retiram a percepção daquilo que vivemos no presente. “Constrói-se a percepção com estados de consciência”. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.46)

A percepção, por fim, não é uma sucessão de impressões atreladas a recordações que as tornam completas; ela é a fonte de dados que dão origem à própria recordação. Complementarmente, recordar-se não é reviver o passado nele mesmo, mas, sim, caminhar por ele e compreender suas perspectivas contextualizadas. Percepção e recordação, assim como as ações que as configuram, não são a mesma coisa.

3.4 Dos prejuízos do mundo ao retorno aos fenômenos

Tratados os prejuízos do mundo, que poluem a percepção e sua análise, se faz aberto o caminho de retorno aos fenômenos.

Esse caminho passa pela (re)compreensão do corpo, do sentir, dos fenômenos. Essa (re)compreensão é o pressuposto para que qualquer análise sobre o espaço e o lugar busquem compreender, de fato, fenomenologicamente, o que nos faz pertencer ou não a determinada porção do mundo, enquanto recorte espacial e enquanto recorte emocional, psíquico e afetivo de nossas vivências.

O campo dos fenômenos, uma vez liberto dos possíveis prejuízos do mundo, se torna o centro universal dos conhecimentos, adquirindo caráter transcendental, à medida que a consciência passa de região do ser para o próprio ser, sendo que todas as formas, figuras, fundos e objetos existem para ela. O existir, aqui, seria como aquele proposto por Martin Heidegger em sua ontologia: ele seria a capacidade ou a qualidade dos objetos e dos fenômenos – e simultaneamente, seria a capacidade humana e racional – de existirem para fora, ou seja, se deixarem ver, para que possam se reduzir também em entes, os quais são o centro da percepção. (DICHTCKEKENIAN, 2020)

Como já dito, a percepção se debruça sobre este mundo concreto e objetivo em que vivemos. Por tal motivo, ela já é o próprio juízo, atuando sobre as razões da natureza. Estas

razões, foco do estudo da ciência tradicional, não são resultados da natureza, elas estão e são a natureza, enraizadas nesta última para serem desveladas (MERLEAU-PONTY, 1945).

Os fenômenos, neste sentido, são a originalidade do mundo objetivo, pois são *a forma como este mundo nos deixa conhecê-lo*. A partir disso, ao invés de estudarmos/analísarmos, separadamente fenômeno e objeto, os reintegramos. Esta reintegração é que confere ao campo dos fenômenos o caráter transcendental acima mencionado.

A explicitação que tinha posto a nu o mundo vivido, aquém do mundo objetivo, prossegue em relação ao próprio mundo vivido, e põe a nu, para aquém do campo fenomenal, o campo transcendental. Por seu lado, o sistema eu-outro-mundo é tomado como objeto de análise e trata-se agora de despertar os pensamentos que são constitutivos do outro, de mim mesmo enquanto sujeito individual e do mundo enquanto pólo de minha percepção. Essa nova "redução" não conheceria portanto mais do que um único sujeito verdadeiro, o Ego meditante. Esta passagem do naturado ao naturante, do constituído ao constituente, terminaria a tematização iniciada pela psicologia e nada mais deixaria de implícito ou de subentendido em meu saber. Ela me faria tomar posse integral de minha experiência e realizaria a adequação entre o reflexionante e o refletido. Tal é a perspectiva ordinária de uma filosofia transcendental e tal é também, pelo menos aparentemente, o programa de uma fenomenologia transcendental. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.94)

A partir de agora, como coloca Merleau-Ponty (1945), o sentido e o vivido já não são meramente resultados de nossa psicofisiologia, bem como a racionalidade não é a simples linha do acaso que une sensações desconexas. Ao mesmo tempo, as "formas" da *Gestalttheorie* já não são a simples materialização ou concretização de modelos que seguem uma lei interna da natureza, elas são a própria aparição do mundo, e não apenas o resultado de uma de suas possibilidades.

Quando vivemos e percebemos o mundo, não são suas leis que percebemos diretamente, mas as formas de suas leis: suas *gestalts*. Elas são sua identidade entre a lei e o que vemos, entre o interior e o exterior, não simplesmente uma mera projeção. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.95)

A fórmula para que encontremos a circunferência de um círculo, por exemplo, é matematicamente transcrita como $C = \pi.d$. Isto significa que a circunferência de um círculo é o seu diâmetro multiplicado por π . No entanto, o que percebemos de um círculo não é a lei ou fórmula que determinam sua circunferência, mas, sim, o próprio círculo. É nele que nossa percepção se atém, não em sua fórmula matemática. A *gestalt* de um círculo não é sua

fórmula; ela é sua fisionomia. Assim é também com os fenômenos: não são eles as leis da natureza; são a própria natureza do mundo objetivo, concreto e completo, que nos deixa perceber.

Ainda neste sentido, a fórmula para encontrar a circunferência de um círculo não teria aplicabilidade direta alguma para a percepção caso o diâmetro “d” fosse muito reduzido, pois as características do círculo seriam inqualificáveis e não perceptíveis ao sujeito, enquanto fenômeno ou forma. A fórmula, assim como a lei que a rege, não é sensível à percepção.

Finalmente, o que percebemos do mundo objetivo, já dentro do recorte do “campo dos fenômenos”, não são as leis universais que regem a natureza, mas as razões já como resultado sensível destas leis na própria natureza.

4 O CORPO E O SUJEITO COMO OBJETOS

Quanto à percepção do campo dos fenômenos, essa nos leva de volta ao objeto que nos possibilita receber, transmitir, codificar, interpretar e armazenar o que retemos das sensações: o corpo. A palavra “campo” dos fenômenos, para Merleau-Ponty (1945), é a chave que mantém ligada a consciência de que a percepção que temos do mundo objetivo é limitada por aquilo que podemos perceber e sentir. “É por isso também, que a fenomenologia é uma fenomenologia, quer dizer, estuda a *aparência* do ser para a consciência, em lugar de supor a sua possibilidade previamente dada” (MERLEAU-PONTY, 1945, p.96)

A percepção chega ao objeto e retorna para o sujeito, encerrando neste objeto as significações que posso fazer dele. O objeto, no entanto, não é simplesmente a significação que eu, enquanto sujeito, faço dele, ou as significações que qualquer outro sujeito possa fazer. Ele é o geometral das perspectivas de todas as aparições possíveis de um objeto a qualquer percepção, o que quer dizer que, ainda que ele não deriva das aparições que são percebidas, mas que estas aparições derivam dele.

O corpo, no entanto, e a condição humana em sua natureza, nos restringem a perceber a aparição dos objetos para nós mesmos. A aparição de minha casa, para mim, não é a mesma aparição de minha casa para qualquer outra pessoa, ainda que minha casa enquanto objeto visível, tenha as mesmas características alcançáveis por meus sentidos para mim ou para qualquer outro ser humano. O que torna esta aparição de um mesmo objeto (no caso, minha casa) diferente para dois sujeitos é justamente o portador do pronome possessivo “minha”, neste caso, eu.

Este portador sempre carregará consigo todas as percepções de aparições de objetos de toda sua vida. Não há duas vidas iguais, partindo do pressuposto que a simples barreira da linguagem impede que consigamos chegar a um resultado preciso e acurado sobre a percepção de qualquer fenômeno, e isto já impossibilitaria que pudéssemos classificar duas vidas como iguais, uma vez que toda análise feita nunca seria neutra, como já é consenso em relação a neutralidade da ciência e de suas análises. A subjetividade permeia toda a existência humana, residindo onde a linguagem não pode chegar. A compreensão de como se estrutura a subjetividade, ainda que apenas enquanto suposição, permitiria entender como se organiza a noção de pertencimento para com o espaço, uma vez que este, enquanto objeto, é imbuído de valor simbólico, e é o valor simbólico que distingue objetos percebidos por diferentes sujeitos.

Quanto ao corpo, novamente, ele é o veículo que nos transporta e que nos permite existir e perceber o mundo objetivo, apresentado como campo fenomenal, retomando a limitação da percepção humana da completude do mundo.

Ao ver um objeto, eu o possuo com os olhos, naquilo que pode ser visto dele. Isto não é o objeto, mas sim a fixação que faço dele, a partir do que vejo. Quando possuo este objeto, o abro para meus olhos e simultaneamente, fecho todo o restante da paisagem. Este jogo de movimentos corporais executados pela íris ocular é, também, responsável pela forma como percebo cada objeto. No entanto, para além da fisiologia, é necessário fechar-se sobre um objeto para poder apreendê-lo, e este movimento de reclusão do olhar não depende exclusivamente da retina. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.104)

Na visão, apoiamos nosso olhar sobre uma porção da paisagem, para vê-la desdobrar-se enquanto o restante da paisagem se ofusca nos horizontes do objeto no qual minha atenção está retida. Ao mesmo tempo, a identidade do objeto se assegura nestes horizontes, que o trazem de volta para o mundo objetivo. Cada objeto, para além de si próprio, é o espelho de todos os outros, na medida em que se configura espacialmente apenas de forma relacional aos outros objetos.

Ver é entrar no universo do que pode ser visto, assim como ouvir é entrar no universo daquilo que pode ser ouvido, mas o universo não é dividido entre visto, ouvido, tocado etc. Ele é tudo, simultaneamente, quer consigamos percebê-lo ou não. Mais uma vez, o campo dos fenômenos é necessário para trazer de volta a consciência de que somos limitados em nossa percepção do mundo objetivo.

Se o “deixar-se ver” é o meio dos objetos de fazerem-se conhecer pela visão, ele é também o meio de dissimular o que os objetos são. O objeto, por fim, será sempre mais do que essa visão. Ele sempre será, não aquilo que se pode ver de lugar algum, mas aquilo que se pode ver de todos os lugares, ao mesmo tempo e o tempo todo.

Da mesma forma como vemos os objetos do ponto de vista espacial, também os vemos do ponto de vista temporal. Um objeto, esvaziado na medida do possível de pensamentos e retido apenas na sensação presente, é eterno. O que o confere o ar de movimento (no sentido de dinamismo) é o pensamento sobre ele e sobre sua materialidade.

Assim, ainda que um dia um objeto já não exista mais, ele será capaz de carregar-se na memória daqueles que o viram, contextualizado historicamente. A materialidade e a

existência de algum (ou qualquer) objeto demarca um ponto do tempo que necessita da validação de sua existência, passado o tempo que esse objeto existiu. Esse reconhecimento/validação se multiplica na medida em que os tempos se multiplicam de acordo com a possibilidade infinita de quem possa observar o objeto.

O presente ainda conserva em suas mãos o passado imediato, sem pô-lo como objeto, e, como este retém da mesma maneira o passado imediato que o precedeu, o tempo escoado é inteiramente retomado e apreendido no presente. O mesmo acontece com o futuro iminente que terá, ele também, seu horizonte de iminência. Mas com meu passado imediato tenho também o horizonte de futuro que o envolvia, tenho portanto o meu presente efetivo visto como futuro deste passado. Com o futuro iminente, tenho o horizonte de passado que o envolverá, tenho portanto meu presente efetivo como passado deste futuro. Assim, graças ao duplo horizonte de retenção e de pretensão, meu presente pode deixar de ser um presente de fato, logo arrastado e destruído pelo escoamento da duração, e tornar-se um ponto fixo e identificável em um tempo objetivo. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.106)

Ainda assim, a condição humana coloca a aparição do objeto como dependente dos sentidos e, por conseguinte, nunca será possível ter o objeto em plenitude a partir do momento em que ele deixa de existir, uma vez que o que tomará seu lugar será aquilo que foi apreendido e rememorado através do tempo e da linguagem.

Ao mesmo tempo, todo o passado ou futuro que um sujeito guarda em si, através de sua memória, não é seu passado ou futuro em plenitude, mas, sim, a intenção destes e de sua retenção. Esta intenção já carrega em si a alteração possível e até inconsciente do que foi vivido ou concebido. A síntese dos horizontes, desta forma, tanto o horizonte do espaço e dos objetos quanto o horizonte do tempo, só é precisa no curto intervalo de tempo e espaço que circundam um fenômeno, sendo, mesmo nesta circunvizinhança, passível de alteração em sua essência. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.107)

Para que um objeto seja absoluto em si mesmo após cessada sua materialidade, seria necessário uma infinidade de perspectivas complementares sobre ele, rigorosamente coexistentes, sobrepostas de modo a formar um único olhar. Esta forma absoluta é inalcançável, partindo do pressuposto que o que existe é muito mais do que aquilo que o olhar pode alcançar. O passado, no entanto, carrega consigo como que a verdade para o sujeito, que, com sua memória do mundo, acaba fundando, também no presente, novas perspectivas sobre o que se configura diante dele.

O objeto sempre está, enquanto existe, absoluto, seu presente, passado e futuro coexistem, sem anularem-se um ao outro. Ele se mostra sempre por inteiro; nossa visão sobre um objeto, no entanto, o fragmenta, uma vez que a atenção sobre uma determinada qualidade reduz o olhar para esta, caracterizando o restante como horizonte variável, guardado na memória. A duração deste objeto, então, amplia a função de sua memória, uma vez que permite maior retenção de sua aparição.

Finalmente, o próprio sujeito é objeto do mundo, existindo e vivendo de forma relacional. O corpo, enquanto objeto e meio de relação, terá uma duração determinada, a partir do momento em que está destinado a um fim. As perspectivas sobre ele, no entanto, se manterão, como se mantêm as de qualquer outro objeto. A posição dos objetos, no espaço-tempo, desta maneira, por serem relacionais – um objeto só poderia ter uma posição autônoma se não fosse nunca comparado a outro objeto – serão sempre como que infinitas. A noção de um universo totalmente acabado, onde todas as relações seriam explícitas, cai por terra. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.109)

A natureza dos objetos precisa ser encontrada, então, através da experiência que se manifesta no encontro do sujeito com o mundo. O *sentir* se torna a resposta.

O sentir é esta comunicação vital com o mundo que o torna presente para nós como lugar familiar de nossa vida. E a ele que o objeto percebido e o sujeito que percebe devem sua espessura. Ele é o tecido intencional que o esforço de conhecimento procurará decompor. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.84)

Ainda sobre o corpo e sobre o sentir, a fisiologia e fisionomia do corpo humano atendem a demandas e funções específicas na tradução da sensação. Em caso de lesão de qualquer tipo que altere algum dos sentidos, ou ainda no caso de um estímulo que não é condizente com o órgão capaz de sentir tal estímulo, a sensação é reduzida a um menor grau de precisão ou sensibilidade.

Os sentidos, então, e o próprio corpo, têm a função de saber distinguir os estímulos externos e processá-los. Aprendemos, durante a vida, a interpretar tais sentidos. A esquizofrenia, por exemplo, teria como um dos sintomas a desordem na interpretação dos sentidos, que levaria à confusão na interpretação da própria realidade.

Do mesmo modo, ao perder a habilidade de sentir com determinado órgão, o corpo reaprende a interpretar o estímulo, de modo a poder traduzi-lo de maneira semelhante à função executada inicialmente por este órgão.

A memória desta habilidade recém perdida, no entanto, pode projetá-la na vivência do sujeito. A memória, já tão necessária na vivência humana, se faz mais uma vez útil, no sentido de auxiliar o sistema fisiológico na interpretação dos estímulos externos. O homem necessita da consciência de que perdeu certa habilidade ou mesmo de que possui certa habilidade, sendo essa consciência como uma distância entre ele e suas ações, que o permite viver de maneira moderada, diferente do êxtase no qual vivem os animais, para que possa compreender que a totalidade do ser não se resume a cada resposta particular de seu corpo sobre cada fenômeno presente – o que poderia vir a tornar todo e qualquer fenômeno presente o centro de sua existência.

Esta distância é que possibilita a qualquer sujeito *ver* o campo dos fenômenos para além do recorte instantâneo em que ele se encontra. O corpo, simultaneamente, se utilizará desta memória e distanciamento para adquirir um funcionamento constante e condicionado, integrando o psíquico e o fisiológico.

Este funcionamento condicionado é que permite ao homem, frente a situações típicas, tomar decisões típicas, a grupos e povos tomarem decisões por base em sua cultura e a tomarmos inúmeras decisões simples diárias sem a necessidade de reflexão sobre elas – o que poderia causar um desgaste e cansaço desnecessários às funções cerebrais.

Desta forma, o que consideramos como instinto ou como primitivo, seria, na verdade, o resultado das escolhas e decisões tomadas tanto pela espécie quanto pelos grupos, sociedade e próprios indivíduos ao longo de sua evolução. Tais escolhas ficam armazenadas na memória e são até mesmo carregadas através das gerações como vestígios comportamentais evolutivos, como trata a ecologia comportamental e a própria psicanálise (que defende que as escolhas que tomamos, mesmo de maneira inconsciente, são o resultado da maneira como nos estruturamos durante nossa criação, de acordo com as características do ambiente e pessoas que nos criam). “Assim, a história não é nem uma novidade perpétua nem uma repetição perpétua, mas o movimento *único* que cria formas estáveis e as dissolve.”. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.130)

4.1 A perspectiva da experiência

Como já citado, os objetos, fenômenos, espaço e tempo, do ponto de vista da fenomenologia, se permitem conhecer através da experiência que se constrói com eles. Mas, o que é a experiência, de fato?

Para Yi Fu Tuan (1977), experiência é um termo chave para designar os diversos modos como uma pessoa conhece e constrói a realidade.

FIGURA 2 – DIAGRAMA DA EXPERIÊNCIA



Fonte: TUAN, 1977, p. 08.

Tanto emoção quanto pensamento perpassam todas as experiências humanas. Não há pensamento sem sensação, assim como não há sensação sem pensamento. Associamos experiência ao que é exterior ao ser humano, ao que vivemos e que nos atinge de forma passiva. Consideramos experiência apenas o que se refere a nós, humanos, e a entendemos e concebemos como vivência, sendo que ela implica no que absorvemos daquilo pelo que passamos. (TUAN, 1977, p. 10)

Complementarmente, o corpo se distingue dos outros objetos na medida em que tais objetos podem deixar de ser percebidos de acordo com a distância, enquanto o corpo de um sujeito é por ele constantemente percebido. Os objetos, ainda, só o são porque são observáveis.

Por tal razão é que temos como costume dizer que pessoas mais velhas são mais “vivas”; entendemos que absorveram mais daquilo que viveram, como função matemática crescente de experiência e memória. Desta forma, a realidade enquanto totalidade concreta é percebida de maneira diferente – e viva também de maneira diferente por cada um -: o concreto, enquanto solidez produzida pelo humano ou pela natureza, é como a fundação de uma casa – o espaço; o subjetivo, produzido por cada indivíduo, é como a mobília e decoração desta casa – o lugar. Cada indivíduo tem sua própria casa dentro do espaço, seu próprio lugar, pois este deriva de *suas* experiências, memórias, lembranças, sensações e sentimentos.

Como descrito na Figura 2, pensamento e emoção/sensação nunca estão dissociados. Assim, sentimos sensações e emoções tanto ao viver o mundo quanto ao pensá-lo. Esta é uma habilidade humana, pois o pensamento e a memória nos possibilitam visitar ou visitar lugares - entendendo visitar como voltar a passar pela memória, trazendo o passado para o tempo presente já com a intencionalidade do que se deixou reter de informações, e visitar como criar idealizações daquilo que ainda não foi vivido, trazendo o futuro para a consciência.

O corpo de um sujeito, enquanto objeto, sempre se apresenta sob o mesmo ângulo e/ou perspectiva. Os demais objetos têm sua posição alterada em relação ao sujeito, seu corpo, no entanto, está sempre consigo; não é possível desdobrá-lo sob o próprio olhar. Todas as perspectivas de aparição dos objetos a um sujeito se reduzem a uma única quando este objeto é seu próprio corpo.

No sentido em que o corpo é percebido enquanto objeto de perspectiva invariável, a percepção deste em meio à configuração espacial afeta substancialmente o que é apreendido e percebido do campo dos fenômenos. Na medida em que o corpo aprisiona a perspectiva do sujeito sobre si, ele também delimita a percepção. O corpo é, por essência, o hábito original, do qual derivam todos os demais atos e estruturas, e ao qual se anexam instrumentos.

(...) observo os objetos exteriores com meu corpo, eu os manejo, os inspeciono, dou a volta em torno deles, mas, quanto ao meu corpo, não o observo ele mesmo: para poder fazê-lo, seria preciso dispor de um segundo corpo que não seria ele mesmo observável. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.135)

O corpo deixa de ser um simples objeto na medida em que nunca pode estar completamente constituído. Ele é, no entanto, o objeto permanente e absoluto, pelo qual todos os outros se estabelecem de forma relacional. Os demais objetos são apenas variações que, pela ausência do corpo, não poderiam ser percebidas. O corpo, novamente, se configura como o *meio de comunicação* entre a consciência e o sentir.

Além disso, o corpo, enquanto objeto, é o único que pode fornecer sensações duplas. Ao tocar as mãos, sinto o que ambas tocam. E a sensação não é um simples conjunto: o cérebro e a percepção se alternam entre “tocante” e “tocada”. Ao falar, também ouço minha voz, sendo o interlocutor de mim mesmo. O corpo é ainda objeto afetivo, no sentido em que define a relação que se estabelece com os objetos externos, internalizando-os a partir das sensações físicas, como a dor, o calor, o frio etc. O corpo é o objeto-sujeito. (MERLEAU-PONTY, 1945, p.140)

A união entre alma e corpo, finalmente, se realiza a todo instante em que se sente, como uma necessidade vital de funcionamento do ser. Este sistema corpo-alma/consciência é a fronteira que permeia todas as relações entre o sujeito e o campo fenomenal. Para além dos cinco sentidos mais descritos e conhecidos, a motricidade do corpo e a percepção visomotora são responsáveis pela consciência espacial construída no sujeito.

O esquema corporal, construído ainda na infância, se aprimora ao longo da vida. Ao perceber os objetos, não apenas os percebemos, como também percebemos nosso corpo em relação a estes objetos. A percepção se vale especialmente da visão, entretanto, os outros sentidos enriquecem sua experiência, à medida que desdobram os objetos em mais características do que apenas as visíveis: a audição é um exemplo notável, uma vez que os seres humanos e os animais constroem a noção de distância também através do som. Todavia, a percepção proveniente de cada sentido em particular varia consideravelmente quando ele é percebido de maneira isolada – a percepção de volume ao tocar um objeto com os olhos fechados ou ao ouvir o eco de qualquer som em um quarto vazio dão impressões diferentes das que teríamos com a visão.

Simultaneamente, a percepção se vale da mente e da consciência para conceber conceitos que não podem ser apreendidos apenas pelos sentidos. A vastidão do mar ou do universo, por exemplo, é causada pela repetição da impressão visual destes feita pela mente, enquanto a calma de um ambiente movimentado pode resultar da ausência de som. (TUAN, 1977, p.16)

A experiência também extrapola os sentidos na medida em que determinado grupo ou povo desenvolve habilidades que melhor o cabem, apoiando-se na zona conceitual da experiência, para além dos dados sensoriais capturados pelos estímulos. Esta zona conceitual é construída nas capacidades cognitivas dos seres humanos, a partir de habilidades de organização espacial que variam entre diferentes abordagens do espaço (pragmático, mítico e abstrato).

4.2 O conceito e a percepção do tempo

Finalmente, um dos objetos – se é que pode ser chamado desta forma – percebidos de maneira mais intensa pelo ser humano (e pelos seres vivos em geral) é o *tempo*. Defini-lo segundo qualquer área do conhecimento pode significar restringi-lo. Entretanto, algumas definições, quando trabalhando em conjunto, podem auxiliar na compreensão do que o tempo realmente significa na existência e percepção humanas.

Há uma característica em comum entre as definições de tempo adotadas pelas diferentes áreas do conhecimento: a relatividade. O dicionário Oxford (Tempo, 2020), por exemplo, define o tempo como “um período ou espaço limitado de existência contínua, como o intervalo entre dois eventos sucessivos”. O dicionário Heritage (Tempo, 2020), por sua vez, o define como “Um continuum não-espacial em que os eventos ocorrem numa sucessão aparentemente irreversível de passado, presente e futuro”. Ambas as definições partem do pressuposto de que, para existir, o tempo prescinde de fenômenos que se sucedam.

Para a Filosofia, o conceito de tempo é controverso. De maneira não rigorosa, ele é o ritmo e passo da mudança do real; rigorosamente, o tempo é imperceptível – apenas o percebemos pela observação de processos. Assim, o tempo, como o espaço, não é uma propriedade de algum objeto, mas partilhado por tudo e anterior à própria experiência humana. (GREGÓRIO, 2020)

Existem ainda, dois conceitos de tempo gerais, relacionados à percepção do tempo. O tempo físico (ou ontológico) é, de certa forma, objetivo, porém, nunca está dissociado da observação de algum processo que permita perceber a passagem contínua e constante do tempo (como os ponteiros ou o pêndulo de um relógio, por exemplo). Já o tempo perceptual (ou psicológico) diz respeito à percepção do tempo por um sujeito ou grupo. Como o

primeiro, esta percepção é contínua, mas não é constante, devido ao fato de ser subjetiva. (GREGÓRIO, 2020)

A palavra tempo pode ser entendida como símbolo da relação estabelecida por um grupo humano entre dois ou mais processos, dentre os quais um é tomado como quadro de referência ou medida dos demais. Considerando-se que esses processos se alteram e, em consequência, a relação que mantêm entre si, pode-se afirmar que a experiência dos acontecimentos vividos pelos homens não é fixa: houve no passado e continua havendo no presente alterações em seu significado. Constata-se, por um lado, que a ideia de tempo é sempre racional e, por outro, que o tempo não existiria num mundo onde não houvesse homens e seres vivos (AUGUSTO, 1989, p.02)

Este tempo psicológico ou perceptual também é chamado “tempo vivido”. Assim como o espaço vivido, ele é subjetivo. Ambos se assemelham por guardarem em si a experiência de um indivíduo ou grupo. O tempo vivido não é cronológico e linear, como o tempo da natureza (cuja passagem se rege segundo suas próprias leis, de maneira inalterável). Sua extensão não é como aquela da filosofia, na qual o presente é o limiar entre o passado e o futuro (sendo, portanto, uma abstração).

Neste tempo vivido, “o presente se estende ao passado imediato (sensório) e ao futuro (motor), tendo uma duração que simultaneamente se encontra no presente”, o chamado sensório-motor. Ele existe na consciência, onde o passado existe como memória, o futuro como expectativa e o presente como o movimento e sensação. (COSTA, 2009, p.377)

O tempo perceptual, para os humanos, carrega ainda a intencionalidade de nossas possibilidades. Enquanto o tempo “mecânico” está associado ao espaço e aos processos fluidos e constantes que utilizamos para a compreensão do tempo enquanto conceito (para que possamos aplicá-lo socialmente, enquanto medida cronológica), o tempo vivido carrega em si as qualidades do passado, o movimento do presente e as potencialidades do futuro. Este último é o tempo da consciência e é, por conseguinte, puramente subjetivo, sendo que sua subjetividade é diretamente proporcional à transcorrência do tempo mecânico, na medida em que se torna memória e é infinitamente reeditável, ao passo que este tempo mecânico desde o momento da experiência sempre avança e distancia o sujeito do que foi diretamente vivido.

Finalmente, é compreensível que ambos os conceitos de tempo estejam inexoravelmente atrelados, na perspectiva da experiência, através da memória. Complementarmente, o campo fenomenológico (e os objetos perceptíveis dentro deste campo)

também estarão sempre subjugados pela percepção da “qualidade tempo” que possuem – qualidade esta que, embora seja objetiva por parte dos objetos e suas temporalidades, sempre será percebida de maneira subjetiva por qualquer que seja o sujeito.

5 O ESPAÇO E O LUGAR

A natureza da geografia se define, de maneira complementar, pelo espaço e pelo lugar. Dentro dessa afirmação, a compreensão da organização espacial - utilizando-se da interpretação dos elementos espaciais, da estatística e da própria linguagem matemática - permite uma *análise objetiva* do espaço geográfico; a interpretação das *características subjetivas* do espaço geográfico conduz à categoria analítica “lugar”.

Os processos até aqui explanados ganham, agora, palco para sua performance. É no espaço (e para com ele) que se dá o pertencimento. Aqui se enlaçam a fenomenologia da percepção e a geografia, e este capítulo se dedica a conectar sujeito e espaço geográfico, através proposta de conceitualização da subjetividade de forma similar ao conceito de espaço geográfico proposto por Milton Santos (2017), sintetizado a seguir.

5.1 O espaço como objeto de estudo da Geografia: uma síntese

Antes de destrinchar e reconstruir o conceito de lugar - o “espaço subjetivo” -, é necessário compreender (e especialmente, sintetizar, de forma a universalizar conceitos) o espaço objetivo: o espaço geográfico.

Como já colocado, a completude e a totalidade de um objeto residem somente nele mesmo. Como consequência (e por coerência metodológica), o espaço geográfico, enquanto objeto de estudo, é e será refém das análises de suas *aparições* (explícitas ou não), que criamos e buscamos desvelar, dada a potência limitada de observação permitida pelo corpo enquanto objeto-sujeito, no campo dos fenômenos.

A análise do espaço geográfico está sujeita às acepções de atenção feitas por qualquer sujeito na posição de intérprete dos atributos deste objeto, bem como ao juízo da realidade feito por tal sujeito, como já colocado nos primeiros capítulos. Retorna-se, finalmente, à questão da neutralidade da ciência, entretanto, mantendo agora a consciência de que a não-neutralidade deve-se à subjetividade, uma vez que cada sujeito inevitavelmente será refém de seu juízo e experiência próprios.

Mantendo tal premissa em mente, é necessário ao menos propor suposições de como se organiza a subjetividade, a fim de compreender seu papel nesta análise do objeto em questão - assim como de qualquer outro objeto a ser estudado.

Assim sendo, relembremo-nos de que a acepção das definições de espaço geográfico abordadas neste trabalho (como em qualquer outro) deve ser tomada como *característica da face do objeto* que buscamos compreender, e não como a *totalidade do objeto*. Tal acepção é resposta ao estímulo, e o estímulo, aqui, é a subjetividade que permeia o espaço, imbuído de simbolismo.

E então, o que é o espaço geográfico?

Para Milton Santos (2014, p.29), “um sistema de realidades, ou seja, um sistema formado pelas coisas e a vida que as anima”. Em sua definição mais atual, Santos (2017) propõe que o espaço geográfico é o conjunto *indissociável, solidário e contraditório* de sistemas de objetos e sistemas de ações. Estas três qualidades, inerentes ao espaço geográfico, também configuram sua dinâmica de reprodução. Arranjos de objetos geográficos, tanto naturais quanto sociais, que têm a própria sociedade como seu movimento.

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2017, p.63)

O espaço geográfico é “uma realidade relacional: coisas e relações juntas”: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho (SANTOS, 2014, p.30). Conteúdo e forma, da sociedade e dos objetos geográficos, respectivamente, não são independentes entre si, e cada forma guarda uma fração do conteúdo, com potência e papel na realização social (no próprio movimento e tecido da sociedade). Esse movimento encerra em si a possibilidade de toda a diversidade. Ele e seus rastros permitem considerar os atos coletivos e plurais enquanto unidade, ao considerar a sociedade como totalidade. (SANTOS, 2014)

Enquanto objeto - e adotando aqui a mesma proposta de distinção seguida por Milton Santos, em *A Natureza do Espaço* -, o espaço geográfico é resultado da produção social e técnica de uma sociedade, através do tempo, distinguindo-se da natureza crua (inalcançável), por ter sido (re)produzido com intenção. Na mesma medida, a mera análise de um objeto (em contraposição a uma “coisa” - inata à obra da Natureza), já lhe confere intenção. Este

processo de aferição de intenção-transformação-reprodução do objeto, confere, mesmo à natureza, caráter de espaço geográfico. Finalmente, por consequência, esta objetificação da natureza lhe confere valor.

A criação de objetos, por sua vez, prescinde de um sistema de ações. A este conjunto de objetos e ações, contextualizado espacial e historicamente, pode-se chamar de técnica. Desta forma, é pelas ações realizadas com cada objeto (a *intenção* depositada) que a técnica se distingue de lugar para lugar, ainda que os objetos sejam similares. Também por essas ações é que os novos objetos criados respondem e criam ações derivadas. Um organismo retroalimentado, como já colocado, de reações encadeadas.

Entretanto, como também colocado por Santos (2017), a distribuição e uso desses objetos não é homogênea socialmente. A heterogeneidade de tal distribuição influencia direta e substancialmente no sistema de ações e nos novos objetos a serem criados. Não obstante, com a globalização, a produção e intenção na criação de novos objetos se torna global, seguindo a interesses do sistema econômico vigente.

Surge aqui, campo para uma proposta de interpretação do processo de realização/idealização da subjetividade nos indivíduos análoga àquela do espaço geográfico: a subjetividade, também, é composta de arranjos reais, ainda que simbólicos, de objetos e ações, atrelados ao também permanente movimento da emoção-pensamento, de maneira *solidária, contraditória e indissociável*, sucedendo-se e reorganizando-se ao longo do tempo, em uma totalidade concreta e sempre no tempo presente (sensório-motor), através da experiência, como colocado por Yi Fu Tuan.

Em outra obra, *Metamorfoses do Espaço Habitado*, Milton Santos propõe mais uma possibilidade para o elo que buscamos encontrar entre a fenomenologia e o espaço geográfico, enquanto objeto de estudo:

O conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço. A fenomenologia do espírito de Hegel seria a transformação da sociedade total em espaço total. A sociedade seria o ser, e o espaço seria a existência. O ser é metamorfoseado em existência por intermédio dos processos impostos por suas próprias determinações, as quais fazem aparecer cada forma como uma forma-conteúdo, um indivíduo separado capaz de influenciar a mudança social. É um movimento permanente, e por esse processo infinito a sociedade e o espaço evoluem contraditoriamente. (SANTOS, 1983, apud SANTOS, 2017, p.63)

De maneira correlativa, o valor simbólico de objetos e ações ganha corpo na sociedade ao se embutir na *intencionalidade* da (re)produção do espaço. A subjetividade será responsável por modular mais ou menos intensamente esta intencionalidade, de maneira também indissociável, solidária e contraditória com os interesses do capital. Ela é o processo e resultado da interação de diferentes escalas de ação, sendo mais subjetiva nas escalas locais e mais objetiva nas escalas globais, de acordo com os agentes de reprodução espacial respectivos à cada escala.

A construção do espaço se realiza, assim, de maneira objetiva na realidade e subjetiva no sujeito, que afere, à todo tempo, novo sentido e intenção ao *seu* movimento social (sua produção do espaço, de objetos, e suas ações), tanto individual quanto coletivo, uma vez que o valor simbólico atribuído subjetiva e internamente a objetos e ações se atualiza à todo momento, numa totalidade concreta também efetiva na subjetividade.

A interpretação e sentido dados pelo sujeito ao objeto espaço geográfico, juntamente com todos os outros objetos que o constituem, está então atrelada de maneira indissociável à subjetividade, que organiza esta aferição interna de sentido e valor simbólico, de modo que as “técnicas de subjetividade” - ou “técnicas da vida”, como será abordado posteriormente - são responsáveis por mediar a difusão e aplicação das demais técnicas, uma vez que mediatizam a relação do corpo (objeto-sujeito primordial) no espaço geográfico.

A partir daqui, deve-se resgatar e manter em mente que, assim como o corpo, enquanto objeto e sujeito, está refém de suas limitações na interpretação do campo dos fenômenos, todo o sistema de ações e sistema de objetos que compõem o espaço geográfico *também* estão reféns de tais limitações, uma vez que sua criação e movimento derivam do movimento da sociedade, e a sociedade nada mais é do que o organismo (todo/figura) composto pela totalidade dos sujeitos (partes/pontos da figura).

A sociedade, então, em escala de análise mais ampla, pode ser interpretada como o corpo, o objeto-sujeito, e as singularidades de suas frações constituintes irão repercutir nas técnicas deste todo.

Por sua vez, o movimento deste organismo - embora dissonante, por carregar em si todas estas as particularidades - se manifesta no mundo de maneira uníssona, uma vez que o sentido desta *Gestalt* (o espaço geográfico) só pode ser interpretado ao considerar a indissociabilidade, solidariedade e totalidade de tais frações. Ou seja, embora particulares e

singulares, os lugares e sujeitos não estão dissociados da totalidade concreta, atributo do objeto enquanto "todo", e o valor simbólico e potência destas frações repercute nas mais diversas escalas de análise, em maior ou menor grau.

Retornando às características do espaço geográfico, Milton Santos (2014, p.32), discorre ainda sobre a importância atual do mesmo devido à transformação da Natureza em uma forma produtiva, de acordo com a maior ou menor intensidade do impacto das necessidades do próprio processo produtivo em cada lugar (o que gera uma concorrência e a estruturação de hierarquias entre os agentes sociais).

Na mesma medida, a subjetividade, enquanto atributo do movimento individual (e, conseqüentemente, social), reafirma sua importância por sua influência direta nos sistemas de ações (e as ações em cadeia responsáveis pela criação de novos objetos, bem como a intencionalidade que carregam e sua realização na sociedade). Os valores simbólicos de objetos e ações também entram em concorrência e estabelecem hierarquia entre si, ainda que tal valor não possa ser objetivamente quantificado.

Finalmente, com a globalização, ocorre a mundialização do espaço geográfico, que redefine as dinâmicas de reprodução espacial e, conseqüentemente, as escalas e categorias de análise do espaço geográfico, enquanto objeto. Esta mundialização do espaço é marcada pela mundialização também da técnica, que se torna um “instrumento de crescente solidariedade entre momentos e lugares” (SANTOS, 2014, p.37). Desta forma, o modo de produção - bem como seu valor universal -, representa a base para a universalização de conceitos.

Abrem-se as portas para uma geografia nova. Com relações aumentando exponencialmente, devido ao movimento da sociedade, da economia e da política, os objetos e fenômenos também expandem as variáveis. “As grandes generalizações, portanto, não são apenas possíveis mas necessárias, tornando-se a um tempo mais sistemáticas e afinadas. Sua base, deve-se lembrar, é empírica” (SANTOS, 2014, p.38). Retorna-se à geografia como “ciência dos lugares”, agora, cada vez mais únicos, à medida que se mundializam.

A especialização do trabalho e da técnica, embora comandada por agentes multinacionais - fator que homogeneiza esta última -, altera de maneira singular a paisagem de cada lugar. A multiplicidade de ações que permeiam estruturas e objetos (mesmo aqueles até então arcaicos), os permite ganhar novo movimento e simbolismo, que se soma e integra ao movimento da sociedade. Ao mesmo tempo, ocorre uma dissociação dos processos

inerentes ao acúmulo de capital, o que confere, além da distinção de um lugar para outro, a interligação destes (bem como sua interdependência).

Já não se pode falar de contradição entre *uniqueness* e globalidade. Ambas se completam e se explicam mutuamente. O lugar é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades deste último. O lugar é parte do mundo e desempenha um papel em sua história, ou, para citar Whitehead (1938, p.188), “a menor agitação local sacode o universo inteiro”. O mundo foi sempre um conjunto de possibilidades. Hoje, porém, tais possibilidades são todas interligadas e interdependentes. (SANTOS, 2014, p.39)

A universalidade alcançada aos custos da onipresença do capital no espaço mundial se torna a base para a reformulação da geografia enquanto ciência espacial. Assim como a totalidade concreta - passível de análise ao considerar cada parte como fração do todo (que, por sua vez, é mais do que a mera junção das partes)-, a compreensão do espaço global e de suas dinâmicas passa, agora, pelo conhecimento e interpretação críticos dos lugares, partes deste todo dinâmico e multifacetado, e a interpretação crítica dos lugares, por sua vez, passa pela interpretação das técnicas de subjetividade que mediatizam as ações dos sujeitos, enquanto objetos, em cada um destes lugares.

5.2 O tempo como materialidade: a técnica

Outra dificuldade encontrada pela geografia é a relação entre o tempo e o espaço. Enquanto seres vivos, como já discutido, nossa percepção de tempo está intimamente ligada ao processo de amadurecimento e envelhecimento de nosso corpo, o objeto-sujeito, bem como aos sistemas de memória, que armazenam e associam memórias episódicas das experiências que vivemos e as sensações que sentimos, de forma que o tempo percebido é individual e subjetivo.

E para o espaço geográfico, quais as possibilidades de registro e resgate do tempo?

O registro do tempo na geografia, enquanto periodizações de diversas escalas e sua influência nos lugares, não supre as necessidades que surgem quando se propõe o estudo dos lugares.

Enquanto periodizações acerca da técnica, esta abordagem falha ao resolver a questão do tempo *interno* dos lugares, dando apenas uma visão do tempo *externo* dos subespaços

(SANTOS, 2017). Isso se deve ao fato de que o tempo de cada técnica (o momento de seu surgimento, por exemplo, ou de sua aparição em determinado lugar), ao ser considerado separadamente acaba por se tornar abstrato, uma vez que diz mais sobre a técnica (enquanto “ciência”) do que sobre o espaço e tempo dos lugares.

Tal questão não poderia ser superada até que a própria técnica atingisse a mundialização, como já colocado, uma vez que não tinha o caráter de universalidade, e portanto, só podia ser analisada enquanto fenômeno particular. A insuficiente integração entre local e global (que na verdade se apresenta como integração entre local e local - lugares -, em escala global de locais) se apresentava como barreira frente ao traçado de “leis gerais” para a geografia, justamente devido à pouca “generalidade” de tais fenômenos.

Ainda enquanto fenômenos históricos, as técnicas permitem datar a materialidade daquilo que é artificial (ou seja, produzido pela sociedade), uma vez que é possível identificar o momento de sua origem (tanto em escala local quanto global) (SANTOS, 2017). Entretanto, ao analisar a história particular de cada uma delas, perde-se o referencial de integração entre tempo e espaço, uma vez que a origem não implica na aparição/difusão de uma técnica no espaço geográfico, e que tal difusão não ocorre de forma homogênea em todos os lugares. Desta forma, analisar-se-ia somente o “impacto” de determinada técnica neste ou naquele lugar, regressando novamente à questão do tempo *externo* dos locais.

Agora, entretanto, por consequência do processo de mundialização (iniciado com o capitalismo e intensificado até sua plena afirmação pela globalização), a técnica ganha o caráter de universalidade. Desta forma, pela datação das técnicas, “a história universal seria, sobretudo, uma história absoluta das técnicas e, portanto, algo muito mais do domínio da cronologia que, mesmo, da história.” (SANTOS, 2017, p.58)

Logo, é necessária uma nova abordagem que permita entender o tempo e o espaço enquanto igualmente concretos, para além de abstrações, e surge aqui uma pergunta com a potência de fazer trabalhar o pensamento geográfico: seria viável/possível dissociar sistemas de objetos e sistemas de ações?

Da mesma forma que ações e objetos são indissociáveis, assim também são tempo e espaço. E ao passo em que se amplia a noção de espaço relativo, também se fala em tempo relativo, de modo que tempo e espaço já se substituem reciprocamente, totalmente integrados (SANTOS, 2017).

O problema na análise da temporalidade na geografia reside na própria distinção e comparação de ambos os conceitos, em busca do “mais concreto”. Tal distinção leva à dissociação destes dois, quando, na verdade, a medida recíproca de espaço e tempo permite compreendê-los enquanto a metamorfose de um em outro. De maneira complementar, a dissociação entre subjetivo e objetivo também torna ineficaz a análise do espaço enquanto objeto, uma vez que subjetividade e objetividade também se metamorfoseiam uma em outra, através da já descrita intencionalidade da reprodução do espaço.

A partir daí, torna-se necessário operacionalizar o discurso, e isso prescinde de parâmetros que permitam comparar tempo e espaço. (SANTOS, 2017, p.53)

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. Assim, empirizamos o tempo, tornando-o material, e desse modo o assimilamos ao espaço, que não existe sem a materialidade. (SANTOS, 2017, p.54)

O elo de unificação passa a ser, então, a técnica, uma vez que permite qualificar de maneira acurada a materialidade sobre a qual se encontram e trabalham as sociedades humanas, bem como a empiricização do tempo, através, entre outros fatores, das ações. A partir daí, a sistematização das características de cada época abre margem para uma análise do, enfim, “espaço-tempo” geográfico. É a técnica que permite medir o tempo, tanto dos objetos, quanto das ações. É ela também que participa na produção da percepção (tanto do espaço quanto do tempo), por marcar o ritmo da produção, e por influenciar no imaginário da percepção. Entretanto, o que torna a técnica concreta é o espaço, em especial, o lugar.

E é o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica. E, num determinado lugar, não há técnicas isoladas, de tal modo que o efeito de idade de uma delas é sempre condicionado pelo das outras. O que há num determinado lugar é a operação simultânea de várias técnicas (...). Essas técnicas particulares, essas técnicas “industriais”, são manejadas por grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas e se dão sobre um território que, ele próprio, em sua constituição material, é diverso, do ponto de vista técnico. São todas essas técnicas, incluindo as técnicas da vida, que nos dão a estrutura de um lugar. (SANTOS, 2017, p.58)

O espaço, assim, se impõe enquanto concretude, ao delimitar as condições para a produção e também para o *viver*. Pelo processo de produção, o tempo se “concretiza” como espaço. Ele (espaço) se torna o terreno para a percepção, para o sujeito, para as ações e para o movimento. Enquanto recorte estático, pode ser visto como resultado; enquanto movimento, como processo. “Como meio operacional, presta-se a uma avaliação objetiva e como meio percebido está subordinado a uma avaliação subjetiva” (SANTOS, 2017, p.55). As técnicas (e seu tempo próprio), por sua vez, penetram e reorganizam a significação dos objetos e ações, modificando a dinâmica e constituindo um tempo do lugar em si.

5.3 O lugar

Finalmente, após traçados os caminhos metodológico e teórico, somos conduzidos ao lugar, o objeto pelo qual procuramos até então e já desvelamos em certa medida, uma vez que ele é uma fração e escala do todo (o espaço geográfico) .

E afinal: o que poderemos chamar de *lugar*? Ou melhor, qual será seu papel simbólico (e a ontologia), na geografia, a partir da perspectiva da fenomenologia?

Frequentemente e superficialmente, o lugar é definido como local, delimitação espacial, posição, disposição das coisas e até mesmo espaço livre. Ele é definido também como o papel que algo ocupa, para além da abordagem espacial, num todo, ou como a condição ou situação em que algo ou alguém se encontra.

Na abordagem geográfica, no entanto, o lugar é uma entidade única, um ajuntamento especial que tem história (tempo) e sentido. Ele encarna as experiências e aspirações de um povo ou sujeito; ele não é, como já vimos, um fato a ser analisado matematicamente ou estatisticamente, dentro do recorte espacial, mas uma realidade, concreta e subjetiva a ser clarificada e compreendida pela(s) perspectiva(s) daquele(s) que o dá(dão) sentido, ou seja, os sujeitos. (TUAN, 1977, p. 387)

O sentido de lugar reside no subcampo da filosofia e da história que compõem a análise geográfica. O lugar é a espacialização de um tempo, ou um tempo lugarizado (OLIVEIRA 2012); para Muntañola, ele se apresenta em duas estruturas diferentes para o humano: a itinerante e a radiante.

O lugar itinerante se coloca como construção dinâmica, recorrendo ao espaço como consciência; nele, o mundo (objetivo) se apresenta como caminho por onde se constrói e se vive o espaço (de maneira subjetiva).

Já o lugar radiante é estático, e propício à reconstrução do que se conhece até as barreiras do que não se conhece, do que se pode ver (céu e terra) se estendendo ao horizonte como o limite do que se conhece (MUNTAÑOLA apud. OLIVEIRA, 2012, p. 7). Neste caso, o lugar representa a *repetição e constância* daquilo que é simbólico, permitindo expandir a compreensão de outros fenômenos a partir daqueles que já se firmaram enquanto pilares na subjetividade de um sujeito. Ele fundará as bases para o juízo, enquanto alinhamento da percepção com a realidade.

Essas estruturas, no entanto, nunca serão puras em si mesmas, mesclando-se uma à outra, em maior ou menor grau; a isto o autor chama *união sociofísica*. Mais ainda, para o autor, “o lugar é um signo constante de reconciliação sociofísica não apenas de razões, mas também de emoções.” (MUNTAÑOLA apud. OLIVEIRA, 2012, p. 11).

Aqui se cruzam, finalmente, o pensamento de Muntanõla e Yi Fu Tuan, juntamente com a proposta de compreensão de como se constitui a subjetividade no indivíduo.

Para Tuan, a experiência e familiaridade com certo recorte espacial o tornarão um *lugar*. Essa experiência e familiaridade derivam de nossas ações cotidianas e triviais, pois é por elas que construímos nossa relação com o espaço, ao existir, se locomover, enfim, viver.

O lugar é a segurança, a concretude, a calma onde se pode ser e sentir: Tais propriedades do lugar derivam de sua repetição/permanência ao longo da existência, o que permite a apreensão das técnicas de subjetividade que permeiam determinado recorte espacial. Aqui entra novamente a compreensão de como se estrutura esta subjetividade, permitindo analisar tal técnica e entender seu papel na aferição de valor simbólico aos objetos, feita por determinado sujeito ou grupo.

Para Yi Fu Tuan (1977), o primeiro lugar para o ser humano é, na verdade, outro ser humano. Nossos progenitores, como primeiro referencial de concretude, segurança e calma, foram o primeiro lugar com o qual desenvolvemos afinidade; por conseguinte, o lar, com os objetos de nossos pais, também passou a ser nosso lugar primordial, na medida em que se percebe e se sente que estes são uma extensão das pessoas em que primeiro confiamos.

Para o autor, ao vivenciar o espaço, podemos vivenciar sensações topofílicas ou topofílicas em relação aos objetos. Desta forma, o pertencimento e as demais relações que se criam com/no espaço, podem surgir tanto de experiências agradáveis, quanto desagradáveis, uma vez que o elo mais profundo entre o ser e o espaço é que caracteriza o conceito de lugar, através do que vivemos.

É relevante, também, relacionar o lugar com o espaço/lugar com o tempo, pois em três momentos este se torna aqueles: tempo como movimento, sendo lugar como pausa; afeição ao lugar como função do tempo; e lugar como tempo tornado visível ou lugar como lembrança. Em suma, lugar é um mundo de significados organizados, a um tempo estático e a outro dinâmico; são caminhos que se tornam lugares significativos. (OLIVEIRA, 2012, p. 12).

Esses significados e sua organização, como já colocado, se encontram atrelados a uma série de dinâmicas² próprias ao espaço, que chegam ao indivíduo (aqui sujeito) de maneira imposta, até inconsciente, como características do meio (ou seja, do espaço).

A percepção que cada sujeito terá do sistema de objetos que o circundam dependerá intimamente da percepção que tal sujeito tem das ações que permeiam tais objetos (e em última instância, o objeto contínuo e complexo que é o espaço).

O valor simbólico de cada um dos meios de ação cristalizados³ na estrutura enquanto todo é incomensurável, entretanto, tal valor se torna concreto na medida em que influencia de maneira mais ou menos direta na dinâmica de reprodução espacial. Os “meios de existência”, cristalizados ou não, irão se apresentar como condições da ação (e, por consequência, de todo o sistema de ações de um determinado lugar), e podem ser relacionados à técnica, à medida que mediam o movimento da sociedade, um “organismo-sujeito”.

²Um exemplo concreto e final de tais dinâmicas são os fatos sociais, propostos por Durkeim (DURKEIM apud. SANTOS, 2017, p.73-74). Dentre eles, destacam-se os “meios de existência”, que seriam os “meios de ação cristalizados”. Tais meios se colocam enquanto objetos culturais, em nossos dias atuais, cujo conjunto e disposição chamamos de configuração espacial/territorial/geográfica (e que tem a paisagem como uma fração de sua existência).

³Além destes, existem ainda outros meios de ação cristalizados (a lei, os costumes, a cultura, a arte) e a estrutura de tais meios configura, também, a percepção e experiência dos sujeitos no espaço, bem como a organização de sua subjetividade.

As tendências universalizantes⁴ formadas, ao longo do desenvolvimento da psiquê humana, irão encadear respostas psicológicas *comuns* aos indivíduos. Todavia, como vimos, apesar de tais tendências gerais universalizantes, as variáveis individuais irão diferenciar os indivíduos e sua percepção do mundo, e, por consequência, sua subjetividade.

Da mesma forma, aspectos culturais e sociais (técnicas de subjetividade) serão responsáveis por diferentes lentes perceptivas⁵.

Assim sendo, a organização pessoal do arranjo de memórias - sensações, pensamentos, emoções, objetos, ações e experiências - de um sujeito estará submissa, em maior ou menor grau, às técnicas culturais, sociais e de subjetividade que operam em determinado lugar. O espaço, complementarmente, irá se impor como concretude, definindo bordas para as experiências vividas por indivíduos ou grupos, sujeitos e povos, bem como para os fenômenos.

A totalidade concreta já não é somente aplicável à realidade; ela se mostra também como possibilidade de compreensão da subjetividade (enquanto processo) e da perspectiva da experiência em si, ao passo que o arranjo das memórias (e da percepção) de um indivíduo responde e atualiza a presença simbólica de tal realidade, com todas as suas dinâmicas, formas, movimento, por condição ontológica da existência humana. E o recorte da subjetividade é e será único, uma vez que cada sujeito (enquanto, também, objeto) tem sua própria perspectiva (e percepção de uma fração) do campo dos fenômenos, como premissas

⁴Tais estruturas, resumidamente, são: a racionalização, ou seja, a tendência em racionalizar, mais do que a natureza racional do homem; a escala da percepção humana, que resulta do tamanho médio do corpo de um ser humano, limitado, primordialmente, pela genética e sua biologia; a segmentação, que permite a observação e interpretação da realidade aferindo sentido para conjuntos de objetos - incluso o espaço geográfico -; a construção de oposições binárias - antônimos tanto semânticos, quanto sensíveis - e a resolução das contradições encontradas em tais oposições. Além disso, outras características são inerentes à espécie, ainda que sua intensidade varie entre indivíduos ou grupos, como, por exemplo, a orientação para o “self” - egocentrismo/etnocentrismo -, a simetria e a percepção do espaço, alinhada a partir dos itens anteriores. (TUAN, 1974)

⁵A condição de nativo ou visitante, o gênero e o conjunto de fatos sociais que o acompanham, os próprios fatos sociais que constituem a cultura (enquanto ferramentas de organização do *mindset* coletivo, como padrões estéticos históricos, estruturas de reprodução etno e socioespaciais - a opressão e repressão que permeiam a reprodução do espaço geográfico) podem ser colocados como sistemas de ações que não determinam a percepção e a subjetividade, mas definem a face do objeto-espaço a ser vivenciada e percebida. Assim também o ambiente físico e seus ciclos regem a percepção humana e a topofilia-topofobia (ambivalências e dicotomia do elo afetivo entre a pessoa e o lugar). As estações do ano, os tipos de solo (e o uso da terra), o clima, a geomorfologia (em especial certos elementos físicos que desafiam o controle humano, como mares, rios, montanhas, desertos), por exemplo, são elementos permanentes, aos quais a espécie humana frequentemente responde de maneira emocional e afetiva. O valor simbólico de tais elementos nos conjuntos da subjetividade não pode ser computado, de modo que pode-se fazer uma analogia entre os fatos sociais de Durkeim e tais elementos, “fatos ambientais”. Na modernidade, ainda que a carga emocional para com tais elementos tenha enfraquecido, eles persistem enquanto elementos estéticos, resistindo a influências.

metodológicas da fenomenologia, ferramenta utilizada aqui, na unificação daquilo que é objetivo e subjetivo.

O lugar, então, se constrói.

Por dentro, ele se constrói enquanto aquilo que é eterno, do ponto de vista que é a pausa e a familiaridade; os objetos são, à todo o tempo, imbuídos de (renovado) valor simbólico e, assim, desempenham novo papel nas técnicas de subjetividade exercidas por cada sujeito (ou grupo) no espaço, pela intencionalidade de suas ações.

Por fora, tais técnicas ganham materialidade no espaço geográfico, (des)equilibrando o tempo das técnicas de outras escalas e categorias de análise. O poder de ação de um indivíduo, enquanto resultado de sua história e lugar no espaço, o permite realizar (dentro e fora de si) uma fração do tempo do lugar.

A gênese do pertencimento para com o espaço é, assim, um processo contínuo e de ritmo singular. Há a universalidade, uma vez que temos semelhanças enquanto espécie, entretanto “as atitudes em relação à vida e ao meio refletem necessariamente variações individuais bioquímicas e fisiológicas.” (TUAN, 1974, p.52)

Como colocado por Yi Fu Tuan (1974), as atitudes e preferências pessoais e sociais estão intimamente ligadas ao contexto sociocultural, ao ponto de não ser possível distinguir nitidamente o papel do meio ambiente (aqui, ambiente físico) e o papel do contexto citado. Complementarmente, a percepção dos sujeitos e grupos será traduzida em suas dinâmicas de reprodução socioespacial - por serem objetos *ativos* em tal processo.

O lugar surge, desta forma, *em cada um*. Por essência, fenomenologicamente, ele é o espírito e a personalidade do espaço (TUAN, 1977). Não há - nem nunca haverá - valor simbólico exato e igual contido em certa porção do espaço, para quaisquer dois sujeitos. A singularidade, resultado dos limites da própria existência, é a chave para que cada um tenha seu próprio “eterno” individual, resultado de quem fomos, somos e viremos a ser.

Eis aqui a gênese do pertencimento: cada sujeito, (re)criando-se a si mesmo, de maneira mais ou menos voluntária, e percebendo-se enquanto (objeto) cativo do espaço, mediando sua existência e experiência através do lugar. A potencialidade da ação (o próprio existir) se corporificando no espaço geográfico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se, finalmente, um retrato (ainda que abstrato) de como se constrói a subjetividade no sujeito e, por conseguinte, a aferição de simbolismo ao espaço, enquanto objeto da percepção. Tal retrato mostra-se pessoal e contínuo, total em si mesmo, a ser pintado pelo sujeito ao longo de sua vida, a partir de toda a experiência acumulada ao longo do viver.

Inicialmente, o embasamento teórico a ser utilizado na pesquisa se pautava nos conceitos propostos por Lefebvre, em especial nos espaços *vivido* e *percebido*. Entretanto, conforme a pesquisa avançou, abriu-se um novo caminho para interpretação e esquematização dos conhecimentos de outras áreas relacionados ao tema, que mostrou-se propício à correlação entre o próprio conceito de espaço geográfico proposto por Milton Santos e a subjetividade, devido a similaridade na organização dos objetos simbólicos e ações de um sujeito com a forma/movimento dos sistemas de objetos e ações que constituem o espaço geográfico para Santos.

Junto com este novo caminho que se desvela, surgem questionamentos que ficam registrados aqui, como desafios a serem pensados de forma a fomentar novos pensamentos capazes de transformar o processo de reprodução do espaço geográfico: como a correlação entre a proposta de conceituação do espaço geográfico de Milton Santos permite outras análises dos fenômenos até então limitados à fenomenologia? Quais revisões podem ser feitas nas análises já conceituadas sobre as noções de pertencimento a partir desta nova possibilidade de conceituação da subjetividade? Como a própria fenomenologia pode se beneficiar de uma possível abordagem dialética das estruturas que fazem parte da subjetividade e, por consequência, do que se apreende (enquanto sujeito ou grupo) dos fenômenos sociais? Quais ferramentas esta nova abordagem permite desenvolver, de modo a enriquecer a experiência de sujeitos e grupos que habitam determinados espaços? É possível projetar espaços propícios ao pertencimento? Quais objetos simbólicos têm maior carga simbólica social e cultural perante outros? Como preservá-los? Quais ações têm maior potência de transformação social do espaço, devido a sua potência simbólica dentro dos sistemas da subjetividade?

Que essas perguntas, assim como as inquietações iniciais que se tornaram a motivação para o desenvolvimento deste trabalho, possam movimentar a geografia rumo a novas camadas de interpretação do objeto espaço geográfico, de modo a dar o devido protagonismo

aos agentes sociais que frequentemente são empurrados sem destino escolhido pelo movimento da reprodução do espaço.

REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, O. B. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 11, n. 21/22, 1999.
- BUNGE, M. Dicionário de Filosofia. Tradução de Gita K. Guinsburg. São Paulo: Perspectivas, 2002. (Coleção Big Bang)
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2001.
- CLAVAL, P. **O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.) *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2001.
- CORREIA, M. A. Ponderações reflexivas sobre a contribuição da fenomenologia à geografia cultural. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, [s.l.], v. 11, p.67-75, 30 jun. 2006. Universidade Federal do Parana. <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v11i0.7749>.
- DE SÁ, A. L. Um olhar sobre a abordagem educacional de Reggio Emilia. **Revista Paidéia**, v. 7, n. 08, 2010.
- DE SOUZA, M. D. O Espaço fora do lugar: Uma suposta Filosofia Geográfica do espaço e do lugar. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 29, p. 305-319, 2015.
- EWALD, A. P. Fenomenologia e Existencialismo: articulando nexos, costurando sentidos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 0-0, 2008.
- FARINHA, J. **Psicologia da percepção visual**. Faro: Ualg-esec, 2014. Color. Disponível em: http://w3.ualg.pt/~jfarinha/activ_docente/ppv/projeccoes/1-Apresenta_PPV.pdf. Acesso em: 23 jan. 2020.
- FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território, Rio de Janeiro, ano V**, v. 11, n. 9, p. 65-83, 2000.
- FISCHER, G. N. **Psicologia social do ambiente**. (Perspectivas Ecológicas):Instituto Piaget. (1994). p. 23-41.

GREGÓRIO, S. B. **Dicionário de Filosofia**. 2020. Disponível em:

<https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia>. Acesso em: 28 abr. 2020.

GUIMARÃES, D. Educação Infantil: espaços e experiências. **O cotidiano na Educação Infantil**, 2009.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Série Geografia Cultural. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1999. (p. 169-190).

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**, v. 2, n. 3, p. 77-85, 1997.

IZQUIERDO, I. Memórias. **Estud. av.**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 89-112, Aug. 1989.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Oct. 2018.

LEITE, A. F. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 21, p. 9-20, 1998.

MENDONÇA, A. R.. **Memória**: Definição e tipos. Disponível em:

<<http://bio-neuro-psicologia.usuarios.rdc.puc-rio.br/memoria.html>>. Acesso em: 26 jan. 2020

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura.

NOGUEIRA, A. R. B. Uma interpretação fenomenológica na geografia. **Geografia ciência do complexus: ensaios transdisciplinares**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

OLIVEIRA, C.; CAVALCANTE, T. O estudo da terra como lar das pessoas. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 25, p. 41-52, 30 ago. 2009.

SANTOS, Milton. O Espaço: Sistemas de Objetos, Sistemas de Ação. In: SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2017. p. 61-87.

SERPA, A. (2013). PAISAGEM, LUGAR E REGIÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA UMA GEOGRAFIA HUMANA DOS ESPAÇOS VIVIDOS. **GEOUSP: Espaço E Tempo (Online)**, (33), 168-185.

SILVA, F. C. **Geografia e poesia lírica**: considerações sobre *A poética do espaço*, de Gaston Bachelard. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 060 - 075, 2015.

SOARES DE FREITAS, J.; GERALDA DE ALMEIDA, M. Ser ou estar no lugar?: Um ensaio sobre espacialidades, memórias e identidades. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 38, n. 2, 2016.

SOUZA, M. L. Práticas espaciais. In: SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Bertrand Brasil, 2013. Cap. 10. p. 235-260

TEIXEIRA, S. K.; NOGUEIRA, A. R. B. A Geografia das representações e sua aplicação pedagógica: contribuições de uma experiência vivida. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 13, p. 239-257, 2011.

TURRA NETO, N. Espaço e lugar no debate sobre território. **Geograficidade**, ISSN-e 2238-0205, Vol. 5, Nº. 1, 2015 (Ejemplar dedicado a Verão 2015), págs. 52-59

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1974. 288 pp.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.